

PRIMEIRO CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

FICHA TÉCNICA

Instituição executora: Meta – Instituto de Pesquisa de Opinião.

Equipe responsável: Flávio Eduardo Silveira (coordenador-geral), Álvaro Roberto Crespo Merlo, Jacqueline Oliveira Silva, Juscelino Zemiacki, Magda Ribeiro Barcelos (pesquisadores).

Equipe SAGI: Carmela Morena Zigoni Pereira, Júnia Valéria Quiroga da Cunha e Oscar Arruda D´Alva.

Órgão de Cooperação Técnica Internacional: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

Projeto: 914BRA3026 – Gestão da Política de Segurança Alimentar, Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza.

Período de realização: agosto de 2007 a março de 2008.

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Objetivos

Obter informações que permitissem quantificar e caracterizar a população em situação de rua, subsidiar a implementação e/ou o redimensionamento de políticas públicas dirigidas especificamente a esse segmento da população e suscitar comparações posteriores, com vistas em aferir a evolução ou a inibição do número de pessoas em situação de rua.

Metodologia

A coleta de dados foi realizada entre outubro de 2007 e janeiro de 2008 em um universo constituído de 71 municípios, sendo 23 capitais e todos os 48 municípios com população igual ou superior a 300 mil habitantes. Na seleção dos municípios, foi utilizada estimativa populacional para o ano de 2004 (IBGE). Belo Horizonte, São Paulo e Recife não foram incluídas no universo de municípios pesquisados, pois essas capitais já haviam realizado, em anos anteriores, levantamentos sobre a população em situação de rua, seguindo metodologias diversas. Porto Alegre também foi excluída da seleção a pedido de sua prefeitura municipal, que iniciava, praticamente no mesmo período do

estudo contratado pelo Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS), o seu próprio censo da população em situação de rua.

O público-alvo da pesquisa foi composto por indivíduos com 18 anos completos ou mais, vivendo em situação de rua. São entendidas como população em situação de rua as pessoas que utilizam, em um dado momento, como local de moradia ou pernoite, espaços de tipos variados, situados sob pontes, marquises, viadutos, à frente de prédios privados e públicos, em espaços públicos não utilizados à noite, em parques, praças, calçadas, praias, embarcações, estações de trem e rodoviárias, à margem de rodovias, em esconderijos abrigados, dentro de galerias subterrâneas, metrô e outras construções com áreas internas ocupáveis, depósitos e prédios fora de uso e outros locais relativamente protegidos do frio e da exposição à violência. Foram ainda consideradas componentes da população em situação de rua as pessoas que dormem em albergues e abrigos, de forma preferencial ou ocasional, alternando o local de repouso noturno entre estas instituições e os locais de rua.

O reconhecimento em campo do público-alvo da pesquisa foi feito a partir de dois filtros presentes nos instrumentos de coleta de dados: o primeiro deles referente ao local em que o entrevistado habitualmente dormia e o segundo associado à sua idade. Não se pretendia investigar a situação de crianças e adolescentes em situação de rua, isso porque os estudos sobre esse segmento populacional requerem o emprego de metodologias diferenciadas e com um elevado grau de especificidade. Ainda assim, perguntou-se aos entrevistados se eles tomavam conta, na rua ou albergue, de alguma criança ou adolescente e quantos eram os menores sob seus cuidados.

Previamente ao levantamento de campo, a instituição executora (Meta – Pesquisa de Opinião) e o MDS promoveram, em conjunto, oficinas de capacitação para a formação dos coordenadores municipais do estudo e desenvolveram ações de recrutamento, planejamento e treinamento das equipes encarregadas da coleta de dados. Na fase de pré-campo, foram também mapeados os pontos de pernoite das pessoas em situação de rua, em cada uma das cidades selecionadas.

As estratégias de abordagem do público-alvo levaram em consideração aspectos críticos e particulares às pesquisas com a população em situação de rua, tais como: (i) dificuldades na localização e identificação desses indivíduos; (ii) a mobilidade dessa população (o que implicou o retorno aos locais visitados); (iii) forma adequada de estabelecer contato com essa população e (iv) especificidade da coleta de informações em albergues.

O trabalho de campo foi realizado por 55 coordenadores, 269 supervisores e 926 entrevistadores, apoiados por 147 moradores ou ex-moradores de rua e 86 educadores ou profissionais que trabalham com a população em situação de rua. Ao todo, 1.483 pessoas atuaram nas atividades de campo. A intenção era reunir pessoas em número

suficiente para realizar a pesquisa, em cada uma das grandes áreas, em uma única noite/madrugada.

A contagem da população em situação de rua foi feita por meio de um questionário base, com 19 questões, aplicado a todos aqueles que, submetidos às questões filtro, demonstravam se enquadrar no conceito operacional da pesquisa. Uma amostra de 10,4% do universo, obtida por meio da técnica de amostragem probabilística sistemática, respondeu a um questionário mais abrangente, formado por 62 questões.

Em função das características peculiares da população em situação de rua e, com base em trabalhos anteriores que tratavam dessa parcela da população, foram adotadas medidas adicionais na aplicação dos questionários para garantir que o levantamento reproduzisse da forma mais aproximada possível, o tamanho e as opiniões da população estudada. Entre essas medidas, destacam-se a realização do levantamento de campo no período noturno, numa única noite/madrugada em cada localidade, salvo nos casos em que a contagem diurna foi recomendada pelas pessoas do município que trabalhavam com esse grupo populacional e a aplicação dos questionários, simultaneamente, em todos os equipamentos de mesma natureza, ou seja, abrigos, albergues e moradias provisórias.

Resultados

Foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua nas cidades pesquisadas, vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições – albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas. Este contingente equivale a 0,061% da população das cidades selecionadas.

Do total de entrevistas, 27,5% foram realizadas em instituições. O restante (72,5%) ocorreu em locais caracterizados como rua – calçadas, praças, parques, viadutos, entre outros. A taxa de recusa dos entrevistados em responder o questionário foi de 13,4% (4.275 pessoas), índice considerado baixo, o que se atribui, principalmente, ao esforço para envolver pessoas em situação de rua e ligadas ao movimento nacional dessa população no processo de elaboração e validação dos instrumentos de coleta de dados.

A pesquisa apontou que a população abordada era formada, predominantemente, por homens (82%). Mais da metade dessa população (53%) situava-se na faixa etária compreendida entre 25 e 44 anos e, se considerada a faixa entre 25 e 54 anos, o percentual alcançava 69,5%. Nas extremidades da distribuição etária, as proporções encontradas foram relativamente menores (16,2% na faixa de 18 a 24 anos e 13,3% na faixa de mais de 55 anos).

No que tange à distribuição da população em situação de rua por raça/cor, destaca-se

que 39,1% dos entrevistados se declararam pardos, 29,5% brancos e 27,9% pretos. Esses dados, quando contrastados com os apresentados pelo Censo Demográfico de 2000, indicam que, entre as pessoas em situação de rua, a proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior (67%) do que a proporção encontrada na população em geral (44,6%).

Quanto à formação escolar, os dados coletados revelaram que a maior parte (63,5%) não havia concluído o primeiro grau, 17,1% não sabiam ler e escrever e 8,3% apenas assinavam o próprio nome. A imensa maioria não estudava à época em que a entrevista foi conduzida (95%) e apenas 3,8% dos entrevistados afirmaram que estavam fazendo algum curso (ensino formal – 2,1%; profissionalizante – 1,7%).

Dentre os motivos que teriam levado os entrevistados a viver e a morar na rua, foram mencionados: alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). 71,3% dos entrevistados citaram, pelo menos, um dos três motivos, muitas vezes de forma correlacionada ou indicando uma relação causal entre eles.

Parte considerável dos entrevistados (45,8%) sempre viveu no município em que morava por ocasião da pesquisa e outra parte significativa (30,3%) havia se deslocado de um município do mesmo estado. Assim, 76,1% eram originários do mesmo local em que se encontravam ou de locais relativamente próximos, situados no mesmo estado, refutando, com isso, a ideia tão difundida de que as pessoas em situação de rua são oriundas, em sua maioria, de outros municípios e estados.

Quando perguntados sobre o local de preferência para dormir, 46,5% afirmaram que preferiam dormir na rua, enquanto 43,8% manifestaram preferência por dormir em albergues. As razões principais apontadas para a preferência pela rua foram a falta de liberdade nos albergues (44,3%), seguida da imposição de horários de entrada, saída e demais rotinas (27,1%) e, em terceiro lugar, o fato de ser proibido, nesses equipamentos, o consumo de álcool e drogas (21,4%). Essas duas últimas razões podem ser associadas também à falta de liberdade, apontada como o principal motivo que os levava a optar por dormir na rua.

Dos entrevistados que costumavam dormir na rua, 27,1% prefeririam dormir em albergues e 20,7% desses apontaram a falta de vagas como justificativa para o fato de não fazê-lo.

A maioria dos entrevistados (51,9%) possuía algum parente residente na cidade em que se encontrava, mas há que se considerar que 38,9% deles não mantinham contato com esses parentes e 14,5% mantinham contato em períodos espaçados (de dois em dois meses até um ano). Os contatos eram mais frequentes (diários, semanais ou mensais) no caso de 34,3% dos entrevistados.

A população em situação de rua identificada era composta, em grande parte, por trabalhadores, sendo que 70,9% deles afirmaram que exerciam alguma atividade remunerada. Dessas atividades, destacam-se a de catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), trabalhos na construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Contrariando a imagem comumente difundida, apenas 15,7% das pessoas em situação de rua pesquisadas pediam dinheiro como principal meio para a sobrevivência.

No que diz respeito à alimentação, a maioria dos entrevistados (79,6%) conseguia fazer ao menos uma refeição ao dia. Não conseguiam se alimentar todos os dias (ao menos uma refeição por dia) 19% dos entrevistados. O segmento que se destacou negativamente em relação à alimentação foi o de pessoas que pediam dinheiro para sobreviver: 31,3% delas não se alimentavam todos os dias.

Com relação às questões de higiene, os principais locais utilizados pelas pessoas em situação de rua para tomar banho eram a rua (32,6%), os albergues/abrigos (31,4%), os banheiros públicos (14,2%) e a casa de parentes ou amigos (5,2%). Os principais locais utilizados pelas pessoas em situação de rua para fazer suas necessidades fisiológicas eram a rua (32,5%), os albergues/abrigos (25,2%), os banheiros públicos (21,3%), os estabelecimentos comerciais (9,4%) e a casa de parentes ou amigos (2,7%). No que se refere à saúde, 29,7% dos entrevistados afirmaram ter algum problema.

A maior parte dessa população não era atingida pelos programas governamentais: 88,5% afirmaram não receber qualquer benefício dos órgãos governamentais. Entre os benefícios recebidos, todavia, foram destacados a aposentadoria (3,2%), o Programa Bolsa Família (2,3%) e o Benefício de Prestação Continuada – BPC (1,3%).

Cerca de 54,5% das pessoas em situação de rua entrevistadas já haviam sofrido alguma forma de discriminação ou impedimento ao tentar entrar em estabelecimentos comerciais, veículos de transporte público, bancos, órgãos públicos ou tentar usufruir de serviços e realizar atividades como receber atendimento na rede de saúde pública e obter documentos pessoais. Cabe ressaltar que 24,8% das pessoas em situação de rua não possuíam qualquer documento de identificação.

Finalmente, a pesquisa mostrou que a maioria dos entrevistados (95,5%) não participava de qualquer movimento social. Apenas 2,9% confirmaram participação em algum movimento social ou associação.

Os dados coletados evidenciaram a configuração de um novo perfil entre a população em situação de rua, distinto daquele presente na percepção do senso comum e também distinto do perfil tradicionalmente indicado pela literatura especializada. Trata-se do trabalhador pobre e sem uma moradia convencional. É provável que tenha ocorrido o alargamento da base constituinte da população em situação de rua com a emergência desse novo perfil.